Fórum Municipal & Gestão das Cidades - FMGC
Belo Horizonte, ano 3, n. 9, jan./mar. 2015

Doutrina

Artigos

- A (in)constitucionalidade da aplicação da Emenda Constitucional nº 47/2005 ao profissional do magistério no regime próprio de previdência social
  Ana Maria Maximiliano

- As garantias dos particulares quando da modificação ou revogação da Licença Ambiental na perspectiva do Direito português
  Marcela Campos Jabôr

- A independência funcional como princípio de atuação dos procuradores municipais
  Rodrigo Henriques de Araujo

- Relação de cooperação entre os Poderes Legislativo e Executivo do Município de Porto Alegre: análise da produção legislativa no ano de 2011
  Rosimeri da Silva Chaves

- A terceirização dos serviços no Sistema Único de Saúde: enfoque prático com relação aos aspectos legais a serem observados pelos gestores municipais
  Tiago Toniêto

Consultas e Pareceres

- Município. Domínio Público. Interesse de trespassar usina de beneficiamento de leite a particular. Uso de bem público por privados. Regime jurídico. Normas sobre uso de bens públicos da União que se aplicam aos Estados e Municípios, no concernente a licitações e contratos. Interpretação conforme pelo art. 22, XXVII da Constituição da República. Decreto-lei 9.760/46 e Lei 9.636/98. Locação (Arrendamento) e Cessão de uso (Concessão de uso). Necessidade de autorização legislativa, avaliação prévia e licitação na modalidade concorrência. Definição do valor locativo do imóvel e da amortização dos equipamentos (art. 17, I, da Lei 8.666/93 c/c o art. 18, I, da Lei Orgânica Municipal), para fins de base para julgamento do certame. Prazo de vigência do empreendimento de até 20 (v
  Luciano Ferraz

- Proposta de mudança na forma de remuneração de Médicos do PSF com vistas a aumentar o número de consultas realizadas. Contrariedade às diretrizes do Programa, que busca a humanização do atendimento e a valorização dos profissionais, de forma a assegurar serviço de saúde de qualidade a toda população.
  Luciano Ferraz

- Direito Administrativo. Convênio de repasse realizado com a Agência de Desenvolvimento Econômico e Social de ***, sem formalização para o ano de 2009. Ausência de repasse de recursos relativos aos meses de janeiro a junho do mesmo ano. Continuidade das prestações imputadas à convenente. Caracterização da figura do quase convênio. Obrigatoriedade de pagamento dos meses vencidos, sob a rubrica *indenizações.*
  Luciano Ferraz

- Direito Administrativo. Participação do Município em leilão de imóveis promovido pela Caixa Econômica Federal. Possibilidade. Ausência de direito de preferência do Município. Objetivo de ceder o uso dos imóveis arrematados a pessoas de baixa renda. Possibilidade, desde que observado os requisitos do art. 17, *caput*, inciso I, e alínea f da Lei nº 8.666/93, com a redação dada pela Lei 11.481/07.
  Luciano Ferraz

- Município. Programas habitacionais de interesse social em execução. Doações de bens imóveis. Ausência de efetivação das transferências. Lei Federal nº 11.977/09. Regularização fundiária para fins de interesse social. Legitimação de posse. Cabimento. Desnecessidade quando se trate de bem imóvel do próprio Município. Não enquadramento dos programas municipais na definição de "regularização fundiária" da Lei 11.977/09. Inaplicabilidade do art. 68. Posição do TCMG que não contraria a política pública municipal.
  Luciano Ferraz

Resenha Legislativa

- A Lei nº 13.089/2015 e os desafios para o planejamento e a gestão da metrópole
  Marcela de Oliveira Santos

Resenha Jurisprudencial

- Repercussão Geral no RE 609.381/GO/STF

Seleção de Julgados

Acórdãos na Íntegra

- **Tribunal Regional Federal da 2ª Região**
  Administrativo – Pedágio em rodovia federal – Lei Municipal – Isenção – Inconstitucionalidade – Separação de Poderes

- **Tribunal Regional Federal da 3ª Região**
  Tributário – IPTU – Taxa de lixo – Imóvel do Programa de Arrendamento Residencial – Incidência de imunidade recíproca

Consultas respondidas pelos Tribunais de Contas

- **Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul**
  Consulta – Prefeito, vice-prefeito e vereadores – Agentes políticos – Possibilidade de recebimento de 13º salário e gozo de férias com adicional de 1/3 – Necessidade de lei regulamentadora em sentido formal no caso de prefeito e vice-prefeito – Dispensada a observância ao princípio da anterioridade – Instituição mediante lei em sentido

formal ou material (resolução) de iniciativa do Poder Legislativo em relação aos vereadores – Observância ao princípio da anterioridade

- **Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco**
  Consulta – Previdenciário – Vereador – Servidor público vinculado ao RPPS – Contribuição – Vereador aposentado – Contribuição ao RGPS no exercício do mandato eletivo – Consórcios Públicos – Prestação de contas – Documentos e prazos – Responsabilidades contratuais e tributárias

- **Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco**
  Consulta – Abono permanência – Servidor público de Câmara Municipal – Concessão retroativa – Data de incidência do pagamento

- **Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul**
  Consulta – Poder Legislativo municipal – Pagamento a servidores do Poder Executivo – Prestação de serviços de contabilidade e finanças ao Legislativo – Desconto no duodécimo – Possibilidade – Considerações

- **Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul**
  Consulta – Lei de Responsabilidade Fiscal – Despesa com pessoal – Conversão de licença-prêmio – Natureza indenizatória da despesa

Jurisprudência Temática

- TEMA: LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS